

ATA DA 36ª PLENÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

1 Aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e vinte, em ambiente web, com
2 utilização do software Skype, às 13h30min, compareceram na Plenária do
3 Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), os seguintes conselheiros:
4 **representantes da sociedade civil:** Cynthia Maria Pinto da Luz (Centro de Direitos
5 Humanos Maria da Graça Bráz – CDH-Joinville); Jairton Fabeni (Federação
6 Catarinense de Entidade de e para Cegos – FECEC); Erli Camargo (Fundação
7 Nereu Ramos – FINER), Nadir Cardoso dos Santos (Central Unica dos
8 Trabalhadores – CUT), João Coutinho (Associação dos Defensores Públicos de
9 Santa Catarina – ADEPESC), Sidnei Pavesi (Associação dos deficientes visuais de
10 Brusque e região – ADVB), **representantes governamentais:** Arlete Jocelina
11 Adriano (Secretaria de Estado da Saúde – SES); Maria Benedita (Secretaria de
12 Estado de Educação – SED); Tamiris Graziottin (Casa Civil – CC); **como**
13 **convidados/ouvintes:** Fabiana de Souza (Gerente de Política para Mulheres e
14 Direitos Humanos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social –
15 GEMDH/SDS); Yara Moreira (Conselho Regional de Psicologia – CRP) e Rodrigo
16 (Fundação Catarinense de Cultura – FCC). E Manuela Ribeiro (Secretária do
17 CEDH/SC). **Ponto 1 da pauta.** A **plenária é aberta** pela presidente do CEDH,
18 Cynthia Maria Pinto da Luz (CDH), agradecendo a presença de todos. Na
19 sequência, a Secretária do Conselho fez a **leitura da ordem do dia, ponto 2 da**
20 **pauta** para possíveis inclusões de informes e aprovação. A conselheira Erli
21 (FINER) pediu para que fosse incluído na pauta, informe da videoconferência da
22 frente parlamentar realizada pela manhã deste mesmo dia. Foi feita a inclusão no
23 item 6. Cynthia fez sua alteração incluindo o item 9, ocupação Beira-rio para ser
24 discutido juntamente com o item 7, do Instituto Igentes. A presidente, neste
25 momento, comunica a todos (as) que a Dra. Celina, da Rede Popular de Advogados
26 fará um informe sobre esse item e em seguida será aberta a discussão. O
27 conselheiro Fabeni (FECEC) solicitou a inclusão de informe sobre a Emenda
28 Constitucional nº 67/2013. Foi feita a inclusão no item 7.1 da pauta. Fabeni
29 (FECEC) solicitou a presidente deste conselho que fosse constado em Ata as
30 dificuldades encontradas pelos conselheiros deficientes visuais. E, explicou que o
31 programa que é utilizado *fala* todas as mensagens, sejam escritas ou faladas, que
32 aparecem na tela. E, com isso, sobrepõe uma fala sobre a outra, ficando assim as
33 palavras cortadas sem contar ainda com as falhas de áudio que ocorrem
34 normalmente. A pauta então foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento
35 a presidente solicitou a Secretária do Conselho para que fizesse a leitura das
36 **justificativas de ausências, ponto 3.** Foram colocadas as justificativas dos(as)
37 conselheiros(as) nesta sequência: Sullivan Desirée Fischer, Diretora de Direitos
38 Humanos (DIDH/SDS) que estava presente em outra reunião, porém com
39 participação da Gerente de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos, Fabiana
40 de Souza (GEMDH/SDS), Deise C. M. Souza (SDE) também presente em outra
41 reunião, e; por fim o conselheiro Roberto Mosânio (SEF) pelo mesmo motivos dos
42 demais. Todas as justificativas foram aprovadas por unanimidade. Seguindo a
43 reunião foi introduzido o **ponto 4 da pauta, Homologar indicação do Poder**
44 **Público para exercer a vice-presidência do CEDH-SC.** Cynthia pediu para que a
45 Secretária do Conselho fizesse uma retrospectiva em relação a esse item. A
46 Secretária lembrou que essa discussão aconteceu na 34ª reunião ordinária do
47 Conselho, que aconteceu no mês de março. Cynthia afirmou que como se trata do
48 poder público, não caberia eleição. E, complementou dizendo que o conselho faria
49 a homologação da indicação do governo. A presidente questionou a Secretária do
50 Conselho se a Sullivan iria assumir o cargo. A Secretária respondeu de forma
51 afirmativa e, se dirigiu a Fabiana de Souza (GEMDH/SDS), perguntando se a

52 mesma gostaria de se manifestar. Fabiana (GEMDH/SDS) respondeu que quando
53 foi colocada essa questão, a atual Diretora de Direitos Humanos, Sulivan Fischer
54 (DIDH/SDS), estava como Gerente da GEMDH/SDS e assumiria a Diretoria no
55 findar de março, mas que a mesma conversou com o Gabinete da SDS sobre a
56 possibilidade de assumir o cargo de Vice-Presidente, e caso fosse a vontade do
57 pleno, assumiria com muito prazer. Aprovado por unanimidade a indicação da
58 Diretora de Direitos Humanos da SDS, Sulivan Desirée Fischer. Em sequência, foi
59 introduzido o **ponto 5 da pauta, Agendamento de PLENÁRIA**
60 **EXTRAORDINÁRIA para deliberar sobre: a) análise da resposta à Procuradoria**
61 **da SDS sobre a proposta de Regimento Interno do CEDH; b) definir prazos do**
62 **planejamento estratégico.** Cynthia falou que esta era uma pendência da Comissão de
63 Legislação que vinha sendo protelada desde algum tempo e que precisava ser concluída
64 ainda nesta gestão. A presidente então propôs agendar uma reunião extraordinária para
65 que fossem discutidos esses dois pontos. Ficou decidida a data de 21 de maio, às 13h30.
66 Dando prosseguimento a reunião passou-se para o **ponto 6 da pauta: Debate**
67 **sobre a situação do avanço do coronavírus no Estado: recomendação de**
68 **isolamento social e seus desdobramentos, nível de letalidade, denúncias de**
69 **corrupção na aquisição de equipamentos de saúde.** Cynthia (CDH) informou a
70 todos (as) que fará uma breve introdução e em seguida abrirá para o debate. A
71 presidente comentou sobre o consenso deste Conselho em relação as medidas a
72 serem tomadas para o combate a pandemia. Cynthia mencionou a flexibilização
73 das medidas de isolamento no Estado e o possível retorno dos transportes
74 coletivos. E, ressaltou que com a liberação dos ônibus o nível de contaminação
75 tenderá a ascensão. Abriu-se a inscrição. A primeira a falar seria a convidada Yara
76 Hornke (CRP) que disse ter lido várias matérias do cientista Nicodelis e, segundo
77 este, o transporte coletivo é potencial propagador do vírus. A senhora Yara (CRP),
78 salientou que embora a flexibilização das medidas de isolamento não terem gerado
79 aumento significativos de contaminação, a liberação dos transportes coletivos
80 poderá fugir de controle. Finalizou comentando sobre o aumento do número de
81 contágios em frigoríficos, no oeste do Estado. A conselheira Erli (FINER) propõe
82 duas alternativas: a primeira seria reforçar a recomendação já encaminhada,
83 entrando em contato com outros fóruns ou instituições que estejam tratando do
84 mesmo tema; a segunda, cogitar uma intervenção seja por meio da defensoria
85 pública, ação popular, pois, segundo a conselheira, a justiça tem que intervir neste
86 momento. Erli (FINER) aproveitou a oportunidade para comentar também sobre a
87 denúncia de suposta corrupção na aquisição de equipamentos de saúde. Erli
88 (FINER) disse que embora as medidas já estivessem sendo tomadas era papel do
89 Conselho se manifestar. A conselheira propôs que fosse feito algo mais significativo
90 do que apenas ser tirada nota de repúdio. A conselheira Tamiris (CC) participou via
91 chat, devido a problemas técnicos, assim como a conselheira Arlete (SES). A
92 conselheira Tamiris (CC) se posicionou contra a retomada dos transportes
93 coletivos, dizendo ser uma forma de contágio sem precedentes e, concluiu
94 informando que as empresas de ônibus estão entrando na justiça e conseguindo
95 liminares. Arlete (SES) pediu desculpas em nome de sua instituição por não poder
96 participar por meio de áudio e vídeo, mas se posicionou dizendo concordar que
97 tudo deve ser apurado. Cynthia, neste momento, pediu para que o conselheiro João
98 (ADEPESC) se manifestasse, porém, o mesmo estava com problemas de conexão.
99 Cynthia, repassou a mensagem da conselheira Tamiris (CC) via chat onde dizia
100 que as empresas de ônibus estão entrando na justiça para garantir o retorno das
101 atividades. Erli (FINER) aproveitando a informação da conselheira Tamiris, alertou
102 que, com a existência de liminares possíveis de serem expedidas em favor das
103 empresas, propôs que o Conselho peça informações de como estão as demandas
104 judiciais neste sentido e qual a posição do Ministério Público, da Defensoria Pública
105 e demais instituições que estará atuando de forma contrária a essa situação.
106 Cynthia (CDH) complementou a informação compartilhada pela Tamiris (CC)

107 dizendo que a justiça autorizou a circulação de transporte público em Joinville.
108 **Encaminhamento: Cynthia irá redigir Nota de recomendação reafirmando a**
109 **nota anterior e expondo a posição contrária deste Conselho em relação a**
110 **retomada do transporte público.** A conselheira Erli (FINER) propôs encaminhar
111 para a *ACAERTE*, as *agências de rádios comunitárias* e, aos *jornais em geral*, de
112 grande circulação no estado. Complementou sugerindo que o Conselho peça apoio
113 ao Ministério Público e a Defensoria Pública para a publicização da nota. Nesse
114 momento o conselheiro Nadir (CUT) lembrou do Ministério Público do Trabalho.
115 Dando prosseguimento, Cynthia (CDH) se manifestou em relação a denúncia de
116 corrupção na aquisição dos equipamentos de saúde. Cynthia falou que o Ministério
117 Público, o Tribunal de contas e a Assembleia já estão apurando os fatos e; lembrou
118 a todos que o papel do Conselho é monitorar sobre o resultado e seguimentos da
119 denúncia. Após sua manifestação, a presidente abre para discussão. Erli (FINER)
120 disse que só acrescentaria publicizar a Nota. Cynthia (CDH) indagou se algum
121 representante do governo gostaria de se manifestar ou se teria alguma
122 notícia/relato. Ninguém se manifestou. Cynthia, então, introduziu o **ponto 7 da**
123 **pauta. Manifestação de apoio à ação civil pública ajuizada pelo Instituto**
124 **Igentes em favor de áreas de ocupação urbana.** Cynthia iniciou o ponto 7 da
125 pauta apresentando a convidada Dra. Celina, ao pleno. Em seguida abriu espaço
126 para que a convidada se apresentasse e fizesse relato sobre a ação civil pública
127 que o *Instituto Igentes* ajuizou. A presidente aproveitou a oportunidade e, solicitou
128 a convidada que falasse também sobre a ocupação Beira-rio, no município de
129 Palhoça, uma vez que a mesma dispunha de informações a respeito. Dra. Celina
130 (convidada) cumprimenta a todos/as agradecendo a oportunidade de falar um
131 pouco sobre a situação das ocupações em *tempos de COVID-19*. Em sequência, a
132 convidada se apresentou e abriu sua fala destacando a necessidade de medidas
133 essenciais e específicas principalmente aos mais vulneráveis em tempos de
134 combate a pandemia. Dra. Celina citou num primeiro momento, a Comunidade Frei
135 Damião, no município de Palhoça, informando se tratar da maior “favela” de Santa
136 Catarina, com 12 mil habitantes. Dra. Celina descreveu num breve histórico toda a
137 situação de precariedade habitacional e de saneamento básico em que vive a
138 comunidade. Dra. Celina relatou que o Instituto *Igentes* foi procurado pela
139 Associação de Moradores da Comunidade Frei Damião para que fosse dado
140 entrada em ação civil pública pedindo àquele município, ao Estado e, à União, que
141 esses propiciassem condições mínimas de sobrevivência, como: banheiro, equipe
142 médica (agentes de saúde) para que fossem feitos exames, fornecimento de cestas
143 básicas e o fechamento das valas. A convidada complementou seu relato dizendo
144 ter sido feito também pedidos relacionados a educação e, explicou que os
145 estudantes do local em questão não têm acesso a celular e nem a rede de internet.
146 Diante disso, não conseguiam acompanhar as aulas que são disponibilizadas pela
147 rede pública de ensino. Sendo, desta forma, solicitada salas para que as pessoas
148 pudessem ter acesso tanto as aulas quanto ao auxílio emergencial. Dra Celina
149 informou que a ação está correndo na 2ª Vara da Justiça Federal de Florianópolis
150 porque a União também é ré na referida ação. A convidada esclareceu que o
151 município de Palhoça, o Estado e a União já responderam, porém estava faltando
152 o Juiz analisar o pedido de liminar, assim como o mérito. Continuou dizendo que
153 estudos e estatísticas afirmam que favelas tem 10 (dez) vezes mais riscos de
154 contaminação. Finalizado o seu relato, Dra. Celina então solicitou ao pleno, apoio,
155 sugerindo que fosse encaminhado documento (nota de apoio) ao judiciário assim
156 como: ao município, Estado e União, de forma administrativa. Nesse instante, Dra.
157 Celina comunicou que na ação da Comunidade Frei Damião estava inserida a
158 comunidade Beira-rio porque se tratava de comunidades limítrofes e se
159 encontravam numa situação de igualdade. Concluiu seu relato informando haver
160 outra ação, no município de Florianópolis, em relação a Comunidade Mariele
161 Franco, que se tratava de uma comunidade de “cento e poucas” famílias, na

162 localidade do alto da Caeira também em situação de vulnerabilidade social. Cynthia
163 (CDH) parabenizou a iniciativa da Dra. Celina e afirmou que o contexto no qual
164 estávamos passando a alternativa é judicializar. A convidada expôs, reforçando as
165 palavras da Presidente, que se recorre ao judiciário devido à ausência do poder
166 público. Nesse momento a conselheira Erli (FINER) fez uma complementação
167 sugerindo que a manifestação deste conselho tenha a capacidade de abranger as
168 situações semelhantes que estejam acontecendo nos espaços menores, como os
169 municípios, por exemplo. A colaboradora Yara (CRP) indagou qual seria o plano do
170 governo do Estado para a pandemia, para atender a população vulnerável, para
171 atender o sistema prisional e as Instituições de Longa Permanência para Idosos –
172 ILPIs. Afirmando ser pouco divulgada senão omissa. Erli (FINER) comentou uma
173 situação vivenciada pela própria, em Lages e, disse acreditar não existir. E,
174 acrescentou, aproveitando a oportunidade da sua inscrição, que chegou até a
175 mesma denúncia da Secretaria de Estado da Educação (SED) estar ameaçando os
176 pais por não estarem enviando os trabalhos/atividades dentro do prazo.
177 **Encaminhamento: Cynthia(CDH) irá redigir Nota de Apoio à Ação Civil Pública**
178 **que o Igentes aforou e que beneficia tanto a Comunidade Frei Damião como**
179 **a, Beira-rio assim como a Comunidade Marielle Franco fazendo referência as**
180 **demais. O documento será encaminhado ao Ministério Público e a ambos os**
181 **juízes designados nesta ação.** Cynthia (CDH) sugeriu o encaminhamento acima
182 ao pleno ao mesmo tempo indagando ao grupo se poderia ser feito desta forma.
183 Sugestão acatada por todos, apenas com a sugestão da conselheira Erli (FINER)
184 para que o documento fosse utilizado como peça no intuito de reforçar a Ação.
185 Nesse instante, Cynthia interrompeu a discussão para ouvir a posição da
186 Defensoria Pública quanto a retomada dos transportes coletivos, uma vez que o
187 conselheiro João conseguiu se conectar novamente a videoconferência. O
188 conselheiro João Coutinho (ADEPESC) informou que a Defensoria Pública está se
189 pautando com base principalmente no que orienta as autoridades sanitárias e de
190 saúde. O conselheiro complementou dizendo que a Defensoria iria observar, caso
191 retomado os transportes públicos, se todos iriam obedecer aos regramentos
192 necessários para evitar a contaminação. E finalizou, ressaltando ser uma situação
193 delicada no sentido de suas consequências, não no sentido econômico, mas no
194 sentido do “*ir e vir*” das pessoas que realmente precisam do transporte público para
195 se locomover. Complementou dizendo que o Estado de Santa Catarina não
196 avançou o contágio pelo COVID-19, pela medida de fechamento total de circulação
197 dos transportes públicos, e que a Defensoria não poderia se posicionar sem o
198 respaldo das autoridades sanitárias. Cynthia, neste instante informou ao
199 conselheiro, sobre a deliberação do Conselho em relação a retomada dos
200 transportes públicos e, disse entender a situação da Defensoria que encontrava
201 limites impostos pela lei. E, finalizou afirmando ser opinião sanitária opinião política
202 no país inteiro. João (ADEPESC) se manifestou dizendo que embora fossem
203 opiniões políticas poderia ser solicitado que tenha embasamento científico das
204 consequências desse ato. Cynthia (CDH) finalizou esse ponto repassando a
205 convidada Dra. Celina que, na medida em que haja situações de articulação com a
206 COHAB, Governo do Estado, Secretarias, onde se organize uma situação de apoio
207 para defesa de direitos humanos nessas áreas de ocupação, o Conselho se
208 colocaria à disposição. A convidada agradeceu o apoio do Conselho
209 parabenizando-o pela prática que tem realizado ao longo dos mandatos, desejando
210 uma reunião boa e produtiva a todos/as. Dando prosseguimento inicia-se o **ponto**
211 **7.1 da pauta Informe sobre Emenda Constitucional nº 67/2013.** Cynthia (CDH)
212 solicitou ao conselheiro Fabeni (FECEC) e a conselheira Erli (FINER) que fizessem
213 os seus informes a respeito. Fabeni (FECEC) então fez uma breve retrospectiva
214 sobre a Emenda Constitucional nº 67/2013 e, acrescentou que na última reunião
215 do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência (CONEDE) incluiu esse ponto de
216 pauta, aproveitando a oportunidade de alteração da lei, e, comentou que foi

217 bastante criticado e questionado a respeito. Finalizou, dizendo que a maioria dos
218 conselheiros pediu para que fosse feita consulta a procuradoria desta pasta
219 (COJUR). Nesse momento a conselheira Erli (FINER) lembrou que em 2013
220 enquanto se trabalhava na minuta da lei, e; em seguida foi para as audiências
221 públicas e conclusão na Casa Civil para criação do conselho, naquele momento já
222 se havia atentado em relação a esse ponto. Foi feita verificação de possibilidade
223 de mudança na Constituição do Estado e em sequência lançada a proposta de se
224 ter representação majoritária da sociedade civil. E, concluiu que, a partir disso foi
225 alterada a constituição do Estado. Erli (FINER), sugeriu que fosse proposto
226 alteração na lei do Conselho. O conselheiro Sidnei (ADVB) lembrou que o conselho
227 da saúde não é paritário, tendo diversa representatividade. E, complementou
228 salientado que seria muito fácil para o governo aprovar qualquer medida com
229 metade e mais um com quem tenha afinidade ou algum tipo de parceria. Na ordem
230 de inscrição, o conselheiro Fabeni (FECEC) sugeriu que fosse elaborado
231 **comunicado aos conselhos de direito**, aproveitando o momento em que todos
232 estão alterando suas respectivas leis, em virtude da reforma administrativa, no
233 intuito de que se faça cumprir a EC nº67/2013. Cynthia, comunicou que esse ponto
234 será **discutido em nossa reunião extraordinária**. Dando prosseguimento, inicia-
235 se o **ponto 8 da pauta. Discussão da Informação GEMDH/DIDH/SDS nº 09/2020,**
236 **sobre a substituição da antiga Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e**
237 **Esporte (SOL) pós reforma administrativa.** Cynthia (CDH) solicitou a Secretária
238 do Conselho que esta fizesse o informe ao pleno. Após feita a leitura da Informação,
239 Cynthia (CDH) indagou a Secretária, se o Conselho deveria escolher um dentre os
240 três órgãos: Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina
241 (SANTUR); Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE); e Fundação
242 Catarinense de Cultura (FCC). A Secretaria respondeu de forma afirmativa.
243 Fabiana de Souza (GEMDH/SDS) pediu a palavra para complementar que a
244 orientação do Gabinete da SDS era para que o Conselho fizesse essa escolha
245 verificando qual desses três órgãos poderiam melhor contribuir para com os
246 objetivos Conselho e, que fosse deliberado em plenária. Ficou deliberado, em
247 unanimidade, a Fundação Catarinense de Cultura (FCC). Cynthia solicitou a
248 Secretária que fosse redigido ofício em agradecimento a SDS pela consulta feita a
249 este Conselho, destacando ser prerrogativa do governo indicar. Na sequência seria
250 **o ponto 9**, porém já discutido em conjunto com o ponto 7. Dando continuidade a
251 reunião, foi iniciado o **ponto 10 da pauta. Discussão dos dados do SIPIA CT**
252 porém como não havia sido encaminhado aos conselheiros ficou para discussão
253 na próxima plenária ordinária. E, por fim, foi introduzido o **ponto 11 da pauta.**
254 **Informe sobre o Ofício do Comitê de Combate e Prevenção à Tortura.** Cynthia
255 questionou a Secretária do Conselho sobre o Ofício do Comitê de Combate à
256 Tortura. Antes disso, a conselheira Erli (FINER) fez a apresentação da Campanha
257 Nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), *“Todas as vidas*
258 *valem”*. A conselheira comunicou que já havia feito a postagem no grupo mas que
259 o faria novamente e; fez o convite a todos/as para dia 15 de maio, quem tivesse
260 oportunidade de participar do lançamento da campanha do MNDH. Cynthia (CDH)
261 fez uma breve apresentação do Movimento (MNDH) e ressaltou a importância
262 dessa Campanha dentro do contexto em que estamos vivendo. A Secretária do
263 Conselho fez o informe sobre o Ofício encaminhado pela Comissão Pró-Sistema
264 de Combate à Tortura, solicitando que sejam feitas ações conjuntas pelos órgãos
265 de controle social para o combate a contaminação do coronavírus no sistema
266 prisional e socioeducativo, onde em anexo foi divulgada resposta de algumas
267 entidades ao formulário a ser preenchido por instituições que trabalhem
268 diretamente com pessoas que tenham seus direitos de liberdade privado. Cynthia
269 (CDH) se dirigiu a colaboradora Yara (CRP) que iniciou sua fala dizendo que a
270 Comissão possuía poucas informações sobre como está se organizando o Estado
271 no enfrentamento do coronavírus dentro dos sistemas prisionais, socioeducativos

272 e Instituições de longa permanência de idosos (ILPIs). Complementou seu relato
273 dizendo que a colocação das Secretarias são gerais em relação ao assunto e;
274 listou: proibição de visitas presenciais, suspensão de atividades de lazer, cursos,
275 pouco contato com as famílias. Yara (CRP) comentou que estão sendo feitos
276 questionamentos em relação a essas medidas para que se criem alternativas de
277 forma a garantir que as normas da Organização Mundial de Saúde (OMS) fossem
278 cumpridas como, por exemplo: limpeza, higienização, proteção e isolamento dos
279 que forem contaminados. Finalizou informando não ter tido retorno, nesse sentido.
280 A conselheira Erli (FINER) pediu a palavra e comentou sobre um artigo que recebeu
281 a respeito das prisioneiras mães, com filhos de menor, que estão sem julgamento
282 e não está sendo permitido que essas saiam nesse momento para responder
283 processo em liberdade, uma vez que não foram julgadas. A presidente informou
284 que são 5 mil mães que se encontram no sistema prisional apesar do Supremo
285 Tribunal Federal (STF) já ter concedido a domiciliar às mães e a despeito da
286 recomendação nº62 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que diz que devem ser
287 concedidas alternativas ao encarcerado. O conselheiro João (ADEPESC) informou
288 que a Defensoria Pública tem conseguido alguns pedidos de liberdade. E, reforçou
289 que toda necessidade que envolvesse a Defensoria Pública que esta fosse
290 acionada. Nesse momento a colaboradora Yara (CRP) solicitou ao João que fosse
291 encaminhado a Comissão Pró Comitê de Combate à Tortura as ações da
292 Defensoria em um pequeno relato para compor o dossiê que está sendo montado.
293 Cynthia (CDH) perguntou se haviam mais colocações a serem feitas e; não
294 havendo manifestações se dá por encerrada esta reunião. Eu, Manuela Brandão
295 da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, a qual, após lida e aprovada, será
296 devidamente publicada no portal da SDS-SC.